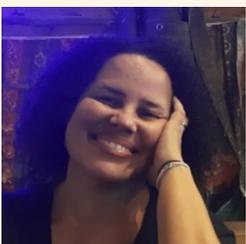




ANTIRRACISMO E INCLUSÃO

PARA UMA EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA EDUCACIONAL: VEM QUE A GENTE TE CONTA!

Desde a virada do século, o mundo vem passando por uma evolução tecnológica. Tal mudança atravessa todas as nossas relações sociais: nossas casas, nossos locais de trabalho, nossos encontros e, principalmente, nossas escolas. O chão da escola é, por assim dizer, o espelho de tudo que a sociedade mundial vive. As tecnologias e seus fios conectados adentram a escola e buscam a energia de seus discentes e docentes rumo a uma nova era educacional.



**Aline Regina
C. de Brito**

Graduada em letras (inglês e suas literaturas) pela UERJ. Pós-graduada em Linguística aplicada pela UFF e em Orientação Educacional pelo IFHT-UERJ. Mestra em Educação pelo PROPED UERJ. É professora de inglês pela SME-RJ na E/CRE(03.12.010) Escola Municipal Pace e orientadora educacional pela Rede Estadual do Rio de Janeiro.



Cristiane C. A. Mendes

Graduada em Letras pela UERJ. É professora das redes estadual e municipal do Rio de Janeiro. Nesta última, atua como professora de língua inglesa na E/CRE(05.14.023) Escola Municipal Gaspar Vianna. Possui especialização em Língua e Linguística aplicada pela UNESA. Mestre em Linguística Aplicada pela UFF, além de possuir uma segunda graduação em pedagogia. Atua como professora de português e inglês há 18 anos.



**Liete da Silva
Machado**

Graduada e licenciada em Artes Plásticas pela EBA/UFRJ e pós-graduada em Gestão Escolar pelo SENAC. Além disso, é ilustradora também formada pelo SENAC. No momento, atua como professora de artes na Secretaria Municipal de Educação - SME/RJ, lotada na E/CRE(03.13.053) Escola Municipal Suécia e na Secretaria Estadual de Educação - SEEDUC/RJ.

A partir de gerações nascidas e conectadas aos dispositivos tecnológicos, não há mais possibilidade de uma “educação bancária” (tão criticada por Paulo Freire), onde passamos o dia enchendo os quadros de escritas e “depositando” conhecimentos nas “cabeças” dos estudantes. A troca de energia precisa ser uma via de mão dupla, e o uso da tecnologia, nas escolas, é um dos caminhos a seguir.

Vale lembrar que, no ano de 2020, houve uma situação emergencial: o ensino remoto passou a ser uma realidade presente na vida dos estudantes. A pandemia nos trouxe a necessidade de reinventar as formas de ensinar, principalmente no que tange a via tecnológica. No entanto, em especial no nosso país, sabe-se que a inclusão digital ainda não alcançou todas as classes sociais, pois muitos não têm as condições necessárias para ingressar no universo cibercultural com finalidades educacionais, profissionais e culturais.

Apesar da inclusão digital não ter chegado para todos, considerando as enormes desigualdades sociais que dividem o nosso país, as ferramentas digitais passaram a ser de relevância crucial para a manutenção de um vínculo entre os estudantes e a escola. No contexto da pandemia, os profissionais de educação precisaram aprender a utilizá-las com certa destreza. Boa parte das escolas públicas, hoje, tem ao menos o acesso à internet e/ou uma sala com acesso à internet e uma televisão. É fato: precisamos de muito mais!

Contudo, internet e uma tela podem ser ferramentas para uma aula crítica, de rodas de debate composta por uma circularidade (Trindade, 2010) de estudantes e professores em busca de um bate-papo antirracista e inclusivo.

Santos e Santos (2012 p. 4) apontam para a educação em tempos de cibercultura em que ocorra “a presença das tecnologias digitais em rede” na produção de trabalhos colaborativos e interativos com a necessária mediação atenta do professor, estimulando, orientando e cocriando com os alunos, em parceria com professores de outras disciplinas. Nesse modelo, os alunos seriam expostos a múltiplas ocorrências, mobilizando seu conhecimento prévio, tanto nas salas de aula presenciais quanto nas virtuais, de fato modificando o papel do professor tradicional. A criação do Canal *Quer que eu te conte?*, a partir do uso de *smartphones* para filmagens e programas de edição para a produção dos curta-metragens, nos mostrou a possibilidade de unir profissionais de diferentes escolas municipais, outros formatos de aulas para além do “cuspe e giz”; além de ter trazido a possibilidade de participação do corpo discente (tanto nas aulas *online* quanto nas mostras feitas em salas de aulas) através de debates e análises críticas.

Quanto aos novos rumos da educação, o impacto da pandemia certamente trouxe desafios a serem enfrentados para que a inclusão digital se torne uma pauta de

reivindicação dos movimentos sociais e educacionais como um direito de todos. Uma verdade incontestável é que a escola, conforme a concebemos, não pode mais ser a mesma, enfatizando que o trabalho do professor não deve seguir sendo precarizado por conta da tecnologia.

O trio escolar e o respaldo das leis educacionais

Sendo a escola um espaço multicultural, precisamos levar em conta as presenças culturais que se encontram, coabitam e não devem, sob quaisquer hipóteses, ser desconsideradas no(s) currículo(s) possível(is). Ao propor uma legislação universalizante, um grande avanço preconizado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nossa LDB N.º 9394/96, as instituições escolares têm a obrigação moral de complementar seus currículos de acordo com suas demandas locais, inclusive dos alunos portadores de necessidades educacionais especiais segundo a LDB, no artigo 59.

Na mesma década da implementação da LDB, Nilma Lino Gomes (1999) já nos propunha uma prática pedagógica que compreendesse os múltiplos processos culturais presentes nas inter-relações presentes no(s) cotidiano(s) escolar(es). E pontuava ainda: “que enxergue o outro nas suas semelhanças e diferenças não condiz com práticas discriminatórias e nem com a



crença em um padrão único de comportamento” (Gomes, 1999, p. 3). Toda essa diversidade presente no “chão da escola” precisa ser contemplada por nossas práticas, uma vez que, para a autora:

a diversidade cultural é muito mais complexa e multifacetada do que pensamos [...] e exige de nós (professores e sociedade em geral) um posicionamento crítico e político e um olhar mais ampliado que consiga abarcar os múltiplos recortes de uma realidade culturalmente diversa (Gomes, 1999, p. 1).

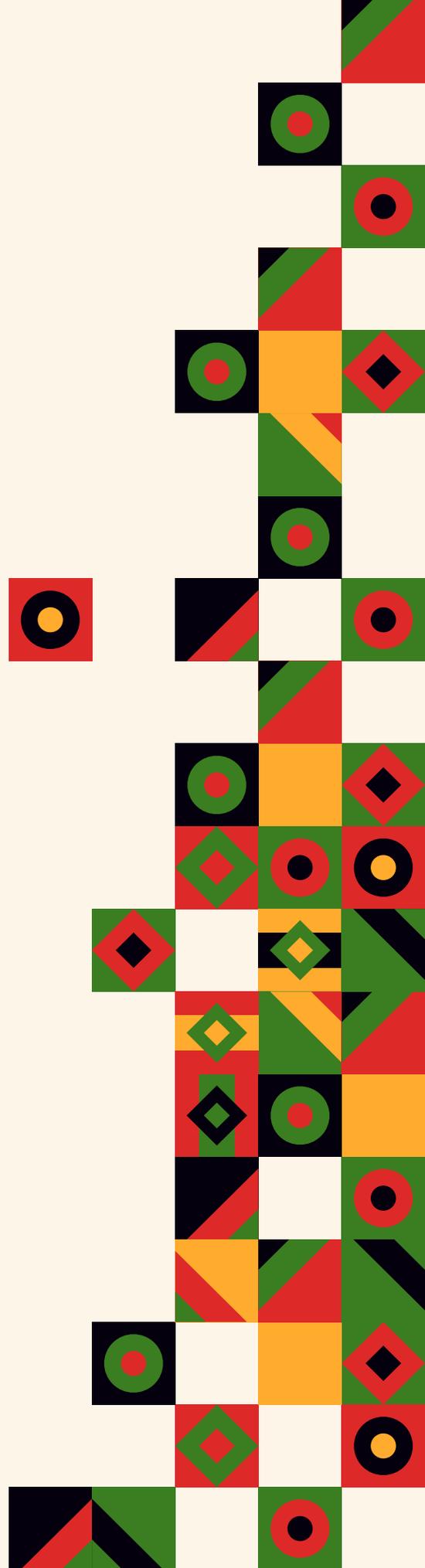
A partir da contribuição do movimento negro educador, Gomes destaca que, para se construir um ambiente escolar digno para as próximas gerações, precisamos nos reeducar para superar o racismo estrutural que a educação colonial nos deixou, e abarcar a diversidade presente nos diferentes cotidianos escolares, contribuindo para que haja experiências educacionais mais equitativas e significativas

para todos. Daí a importância da Lei N.º 10.639/2003 (e o desdobramento desta na Lei N.º 11.645/2008), pensando nas oportunidades de expressão e de liberdade de existir na multiplicidade dos corpos que habitam a escola.

Uma proposta antirracista-inclusiva em tempos de evolução tecnológica

Decerto o contexto político e social atual do Brasil, atravessado por tensões provocadas por um choque de princípios, que envolvem valores, respeito e tolerância, acelerou nosso processo de amadurecimento quanto à ideia de implementar um canal *online* como uma estratégia de resistência, abarcando temáticas que sejam pertinentes para superação deste conturbado momento histórico e social.

Em *Racismo Estrutural*, Silvio Luiz de Almeida (2020), nosso atual Ministro dos Direitos Humanos, define racismo como “uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes e inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam” (Almeida, 2020, p. 32). Dentre as três concepções de racismo analisadas pelo autor, detemo-nos, aqui, ao conceito de racismo estrutural por entender que se trata de algo além do individual, ou seja, ele está presente na construção das



relações cotidianas e da estrutura da nossa sociedade. Isso porque é evidentemente um processo político-histórico: “Se o racismo é inerente à ordem social, a única forma de uma instituição combatê-lo (no nosso caso, a instituição escolar) é por meio da implementação de práticas antirracistas efetivas” (Almeida, 2020, p. 48).

Todos estes imbricamentos (racialização, marginalização, exclusão etc.) levam a um

banimento social de determinadas classes e povos dentro da sociedade brasileira, principalmente das populações negras, indígenas e de pessoas com necessidades especiais. Assim, acabamos por recorrer ao conceito de epistemicídio de Boaventura Sousa Santos (1997), tão consistentemente pontuado por Sueli Carneiro, ao justificar que

Alia-se a este processo de banimento social a exclusão das oportunidades educacionais, o principal ativo para a mobilidade social no país. Nessa dinâmica o aparelho educacional tem se constituído, de forma quase absoluta, para os racialmente inferiorizados, como fonte de múltiplos processos de aniquilamento da capacidade cognitiva e da confiança intelectual. É fenômeno que ocorre pelo rebaixamento da autoestima que o racismo e a discriminação provocam no cotidiano escolar; pela negação aos negros da condição de sujeitos de conhecimento, por meio da desvalorização, negação ou ocultamento das contribuições do Continente Africano e da diáspora africana no patrimônio cultural da humanidade; pela imposição do embranquecimento cultural e pela produção do fracasso e evasão escolar. A esses processos denominamos epistemicídio (Carneiro, 2011, p.92-93).

Logo, é urgente admitir simplesmente que muitos saberes e práticas culturais foram apagados, mortos ou aniquilados pela lógica

hegemônica branca colonialista. Mas de que forma nós, professores, poderíamos colaborar? Fazendo escolhas. Escolhas pensadas, conscientes e intencionais, de modo que essa lógica hegemônica seja quebrada ou enfraquecida. Portanto, mediante a necessidade de propostas educacionais que contemplem a temática, nós, professores, temos a missão de trazer saberes e histórias de personalidades negras de longa data ou, até mesmo, contemporâneas – narrativas outras são necessárias e urgentes. No nosso caso, focamos em narrativas de mulheres negras ao longo de nossos episódios. Contudo vale dizer: nosso canal está em constante processo, e muitos outros episódios e narrativas são possíveis. Além disso, outros grupos de professores podem juntar-se a nós na criação de canais (ou na produção de curtas-metragens, podcasts etc.) e na pesquisa de questões indígenas, de classe, e relacionadas ao mundo das crianças/adolescentes com necessidades especiais etc.

O projeto trio interescolar: canal Quer que eu te conte?

O projeto Trio Interescolar foi pensado, a princípio, para trocas de práticas e atividades entre unidades escolares diferentes na rede pública de ensino municipal de anos iniciais, dialogando, inicialmente, entre as disciplinas de língua portuguesa, língua inglesa e

artes visuais com a participação de professoras lotadas em diferentes Coordenadorias Regionais de Educação (CRE). Dessa inspiração, surge a nossa proposta de intensificar o uso das conexões digitais, estabelecendo um diálogo com saberes outros que não costumam estar nos materiais didáticos regulares, (re) construindo saberes dentro de uma proposta pedagógica interdisciplinar através das artes, do seu papel plural e de multiculturalidade no ensino.

Sendo assim, o projeto Trio Interescolar utiliza a arte como fio condutor por ser desafiadora, contestadora, tendo como um dos seus principais instrumentos o próprio ser humano.

Com a pandemia, a palavra-chave foi reinvenção e, embora as dificuldades sejam muitas, a arte teve e, ainda tem, um papel fundamental para todos, por ser dinâmica e adaptável. Sendo assim, mesmo que as relações interpessoais sejam fundamentais dentro do ambiente educador, tivemos que nos adaptar, aprender e pesquisar novas maneiras de ensinar através das tecnologias já que o contexto do isolamento social antecipou algo que já aconteceria posteriormente. Pudemos observar várias possibilidades no ambiente virtual e digital como, por exemplo, aulas ao vivo/síncronas, redes sociais, aplicativos de edição de vídeos e fotografia, visitas virtuais às exposições e museus, contação de histórias com animação, utilizando um sem-fim de recursos e ferramentas disponíveis.

No contexto do período de isolamento social, o maior obstáculo foi o planejamento dessas práticas para alunos sem acesso ao ambiente digital e tecnológico. Contudo, passada a fase crítica da pandemia, decidimos levar o canal construído para dentro de nossas escolas. No nosso caso, é muito gratificante ver as crianças empolgadas de verem e/ou ouvirem as vozes de suas professoras na tela da televisão de cada escola.

Com o intuito de tornar esta proposta mais abrangente e, portanto, mais inclusiva, em cumprimento da Lei Brasileira de Inclusão (LBI), Lei N.º 13.146/2015, contratamos uma intérprete de Libras para incorporar às nossas videoaulas a língua que privilegia a inclusão dos alunos com deficiência auditiva. Além disso, digitamos e incluímos todo o nosso roteiro autoral ao sistema de criação de legendas automáticas e

sincronizadas do *Youtube*, incluindo os alunos surdos desconhecedores da Libras. Como os vídeos são sempre narrados e, ocasionalmente, com filmagens, os alunos com deficiência visual têm condições de acompanhar e aprender boa parte do conteúdo disponibilizado no nosso canal.

Nossa proposta se alinha com o que propõe Djamilia Ribeiro em seu *Pequeno Manual Antirracista*, "o antirracismo

Foto 1 - Professoras-produtoras do *Quer que eu te conte?*



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Foto 2 - Episódio piloto *A sabedoria dos griôs*



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=dvHWY0zVs8I>

é uma luta de todos e todas” (2019, p. 15). Justamente por isso, os temas de cada vídeo são pensados para uma educação feminista e antirracista, respeitando nossa diversidade étnico-racial, escolhendo tanto personalidades da atualidade quanto aquelas que sofreram um apagamento histórico. Há, ainda, reconhecimento e valorização das várias manifestações e segmentos da sociedade, tais como, literatura, música, culinária, religião, dança, artes visuais, artes cênicas, dentre tantas outras expressões da diáspora africana e cultura indígena.

A fim de ilustrar o tipo de conteúdo abordado por nosso corpo editorial, nós, as professoras do Trio Interescolar, descrevemos três dos conteúdos biográficos e de artes, dando destaque às imagens de capa (Foto 2).

Nossa primeira produção foi a sabedoria dos griôs e algumas das lendas da árvore baobá,

destacando uma tarefa para as crianças: resgatar as narrativas orais de seus familiares, histórias que precisam ser passadas para as futuras gerações da família, em forma de frases, texto, desenho, áudio ou vídeo, de acordo com as possibilidades e interesse de cada estudante. Desde o primeiro vídeo, tivemos a preocupação de atingir o maior número de crianças possível, dentro e para além dos

anos iniciais da rede municipal, com vistas a estimular pessoas de outras instituições, profissões e faixas etárias a acessar e divulgar nossas produções futuras.

Após a veiculação do vídeo sobre os griôs, percebemos que houve muitas visualizações e compartilhamentos, o que motivou a produção de uma série em dez episódios abordando personalidades negras femininas que não podem deixar de ser divulgadas na escola, apoiando-se na implementação da Lei N.º 10.639/2003. O primeiro episódio da série “Super Mulheres Negras” destaca a importância de Lia de Itamaracá (Foto 3), cantora, compositora e dançarina, além do resgate da ciranda na tradição brasileira. Ao final do conteúdo biográfico, ensinamos uma técnica de dobradura às crianças, escolhendo reproduzir o peixe, uma vez que este é mencionado na letra de muitas das cirandas cantadas e contadas no vídeo.

Foto 3 - Episódio 1 - “Lia de Itamaracá”.



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=3DnY9bq7uy0>



Foto 4 - Episódio 2 - "Tereza de Benguela"



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=dvHWY0zVs8I>.

No segundo episódio da série "Super Mulheres Negras", apresentamos uma breve história de Tereza de Benguela, visando o resgate histórico dessa verdadeira rainha, que liderou, por muitos anos, o Quilombo do Quariterê no Pantanal Mato-Grossense. Nessa produção, além da biografia adaptada com muitos quadros, sobretudo do pintor Debret, retratando o período da escravidão, destacamos a técnica de arte de impressão com grafite de lápis, ensinando às crianças como copiar desenhos sem impressora ou copiadora, uma vez que nem todos dispõem destes recursos.

Para assistir aos outros episódios e compreender as propostas feitas, visitem o canal <https://www.youtube.com/@querqueeuteconte7580>, e permitam-se usar nossos conteúdos de forma pedagógica, crítica e motivacional.

Considerações finais

Dentre os inúmeros desafios impostos aos educadores, é necessário levar em conta que toda a pesquisa, escrita colaborativa do roteiro, edição, seleção de conteúdos, filmagens e trilhas sonoras, cujos créditos são incluídos no final, são feitos pelo Trio Interescolar. Vale ressaltar que dispomos de conhecimentos e recursos um tanto quanto limitados das ferramentas tecnológicas, e estamos constantemente aprendendo e aprimorando os vídeos a cada nova produção. Posteriormente, esses materiais são disponibilizados no canal do *YouTube*, e os *links* são compartilhados nas redes sociais para colegas de trabalho, estudantes e amigos. Nosso intuito é difundir a cultura não priorizada pelos livros e outros veículos, buscando ressignificar saberes e propiciar o surgimento de novos olhares sobre a nossa própria prática.

Quando concebemos o canal, a princípio, consideramos outras maneiras visuais de lidar com diferentes culturas, indo além do padrão eurocêntrico imposto pela modernidade. Também não consideramos o alcance que isso tudo teria, pois pensávamos nos alunos com os quais trabalhamos como nossa plateia. Apesar das três professoras não trabalharem exclusivamente com o primeiro segmento do ensino fundamental, esse público infantil compõe a maioria das turmas nas diferentes escolas onde atuamos. Contudo, o conteúdo pode ser adaptado tanto para os anos finais, quanto para o ensino médio.

Conseqüentemente, não estamos à espera de um número grande de seguidores que nos transforme em professoras *youtubers*. De fato, estamos interessadas em experimentar outras maneiras de olhar e ensinar, em olhares infantis que possam crescer entendendo que



o respeito ao outro independe de etnia, crença ou gênero, e entendendo, também, que o outro pode ser diferente de nós e, ainda assim, produtor de cultura e criador de arte. Até porque a produção de um vídeo, de um curta-metragem e de outras produções podem ser feitas em parceria com os estudantes ou pelos próprios estudantes.

Na verdade, este é um projeto em eterno andamento. *Quer que eu te conte* é uma proposta

sem um propósito imutável, pois não há fim para a contação de histórias – há reciclagem, reinvenção, melhoria, adaptação com intuito de incluir e alcançar o maior número de crianças e famílias possível. Muitas crianças podem, por exemplo, estudar em casa e assistir às produções com a presença de seus familiares.

De acordo com o próprio *site* da Revista Carioca, o objetivo da publicação é fomentar o exercício reflexivo acerca dos processos de ensino-aprendizagem e dos contextos nos quais ocorrem, oportunizando indagações, a busca de respostas sobre a prática e a tomada de consciência sobre o próprio processo de transformação docente. Por conseguinte, escrever sobre nossas práticas tecnológicas nos leva a

discutir problemáticas e gerar discussões/ reflexões através de contranarrativas e contravisualidades que vão muito além do que é imposto nos livros didáticos. Ao invés de um projeto, seria interessante chamar essa prática de uma proposta disseminadora da cultura antirracista de uma forma inclusiva, mesmo que digitalmente.

Nossas investigações pedagógicas podem influenciar na reconstrução dos saberes e a aceitação do outro (neste caso, do corpo negro). O projeto *Quer que eu te conte?* ainda está em curso, demonstrando, até o momento, uma boa aceitação dentro das comunidades escolares; além de trazer para primeiro plano as diversas maneiras (tecnológicas) que a classe docente se (re)inventa e (re)cria durante todo o ano letivo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Jandaíra, 2020. (Coleção Feminismos Plurais).

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei N.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 25 jun. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 20 jun. 2023.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no mundo**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

GOMES, Nilma Lino. **Educação e diversidade cultural**: refletindo sobre as diferentes presenças na escola. Brasília, DF: Sindicato dos Professores do Distrito Federal, 1999. Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2012/01/educa%C3%87%C3%83o-e-diversidade-cultural1.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2023.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SANTOS, Boaventura Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 79, p. 71-94, nov. 1997. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/nec/a/ytPjkXXYbTRxnJ7THFDBrgc>. Acesso em: 30 jun. 2023.

SANTOS, Edméa O.; SANTOS, Rosemary S. Cibercultura: redes educativas e práticas cotidianas. **Revista Eletrônica Pesquiseduca**, [s. l.] v. 4, p. 1-183, 2012. Disponível em: <http://periodicos.unisantos.br/index.php/pesquiseduca/article/view/226>. Acesso em: 10 out. 2020.

TRINDADE, Azoilda Loretto da. Valores civilizatórios afro-brasileiros e Educação Infantil: uma contribuição afro-brasileira. In: TRINDADE, Azoilda Loretto da; BRANDÃO, Ana Paula (org). **Modos de brincar**: caderno de atividades, saberes e fazeres. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2010.